

Idéias

EM REVISTA

Revista mensal do Sindicato dos Servidores
das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO II nº 13 Agosto de 2007

Nova marcha a Brasília

- ▶ A favor do veto à Emenda 3
- ▶ Pelo direito de greve
 - ▶ Contra a PEC 02
 - ▶ Contra o PLP 01

E mais

- ▶ Brasil: de um lado os “cansados”, de outro o trabalho escravo
- ▶ Leonardo Boff e dez propostas para se reescrever o presente
- ▶ Começam os preparativos para o Seminário sobre Plano de Carreira



Colégio Batista Shepard, 99 Anos Educando com Amor!

"Finalmente, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é respeitável, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se alguma virtude há e se algum louvor existe, seja isso o que ocupe o vosso pensamento".
Fl.4:8

O Colégio Batista Shepard completa 99 anos e, nesse momento além de buscar a continuidade de sua ação pedagógica, se abre para o novo momento e refazendo sua história, sinalizando como proposta "Educação com Valores para um Mundo Melhor".

O poeta Fernando Pessoa em "Guardador de Rebanhos", diz:

O meu olhar é nítido como girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda
E de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer,
Reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento
Para eterna novidade do Mundo...

A cada ano, vivemos o ciclo do retorno. Renascemos com a entrada de novos alunos e nos refazemos no ato da aprendizagem. Compartilhamos -administradores, colaboradores, familiares, professores e alunos -, experiências e crescimento. O Colégio Batista Shepard é o conjunto de diferentes ações em prol de um princípio; nesta ação formamos o todo, que se abre para o novo e frutificando, vivendo e reescrevendo a nossa biografia.

As bases de nossa história nos remetem a um ensino de qualidade com um diferencial, os valores cristãos. Neste ano, queremos resgatar princípios e valores que a sociedade civil vê cada vez mais distantes de sua prática. Fazendo parte da nossa atividade pedagógica diária, os valores cristãos são elementos essenciais para que a sociedade redescubra seu papel e para que seus caminhos sejam refeitos. No renascer do novo ano, cremos que a redescoberta dos valores cristãos associados à formação acadêmica, promoverá cidadãos autônomos que responderão por uma sociedade que ficou órfã após a quebra de paradigmas.

Neste tempo, redescobrimos o pensamento de Martin Buber, onde se traça a relação do Eu e Tu como intrínseca e

fundamentalmente essencial, pois "quando se diz Tu, diz-se ao mesmo tempo o Eu do par verbal Eu-Tu". Sou tanto mais eu quanto mais "sou o outro" e "sou no outro". Ele fundamenta a ação como fruto da valorização do outro, o "Eu" só existe com o "Tu". E essa é a visão que permeia nossa realidade institucional. Somos o coletivo que promove e acredita na ação de mudança. A ação não é individualizada, mas é do todo, do corpo institucional, do "Eu", do Tu e do que claramente chamamos de Nós.

Caminhamos para o que Rubem Alves apresenta na crônica "Escolas gaiolas e escolas asas". Diz que "há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas". Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros, porque a essência dos pássaros é o voo.

"Escolas que são asas" não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são os pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

Parece que esses anos assumimos uma missão ímpar, a de promover e estimular vãos. Quando comemoramos, como colaboradores, as iniciativas e ações que levaram alunos e instituição a alçarem vãos, vemos que parte desta missão foi realizada e que esta só foi possível porque somos um corpo, porque entendemos que fazemos parte de uma coletividade e que sem as diferentes ações dos outros promoveríamos gaiolas e não encorajávamos vãos.

Parabéns para todos nós que temos feito o Colégio Batista Shepard!

A gaiola

(Maria do Carmo)

E era a gaiola era a vida era a gaiola
e era o muro a cerca e o preconceito
e era o filho a família e a aliança
e era a grade a filha e era o conceito
e era o estatuto a lei e o mandamento
e a tabuleta dizendo é proibido.

E era a vida era o mundo e era a gaiola
e era o nome a vestimenta
e era o imposto o aluguel a ferramenta
e era o orgulho e o coração fechado
e o sentimento trancado a cadeado.
E era o amor e o desamor e o medo de magoar
e eram os laços e o sinal de não passar.
E era a vida o mundo e a gaiola
e era a vida e a vira era a gaiola.

Editorial

Nossa revista se renova a cada número. Além das notícias sindicais, aqui você encontra artigos, reportagens e novas seções.

Página 4

Mobilização

Marcha a Brasília vai reunir milhares contra a retirada de direitos dos trabalhadores.

Página 5

Sindicais

Seminário em setembro vai discutir o Plano de Carreira do Judiciário Federal.

Página 6

Um Rio contra a PEC 02

Ato em 5 de outubro, às 17h, em frente à Câmara de Vereadores, vai protestar contra a imoralidade da PEC 02.

Página 7

Jornada de 6 horas

O servidor João Souza da Cunha relata os problemas e as seqüelas do excesso de trabalho e do ambiente hostil durante a jornada.

Páginas 8 e 9

Dicas Culturais

Da Vinci, Guimarães Rosa, Dancing Eldorado e um ciclo de debates no roteiro da colaboradora Bianca Rocha.

Página 10

Opinião

Há a iminência de a LEF ser mudada para pior, alerta o Oficial de Justiça Marcos André Leite Pereira.

Página 11

Nacional

Promotor do Distrito Federal critica a formalidade no tratamento das autoridades.

Página 12

Nacional

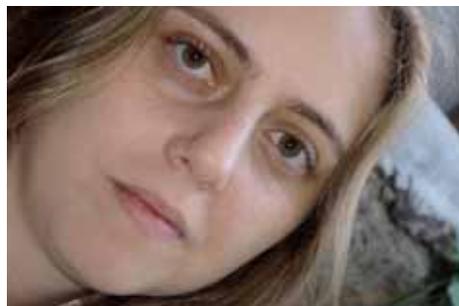
O repórter Marcelo Salles passou um fim-de-semana no Morro do Alemão e descreve a tensão entre comunidade, tráfico e polícia.

Páginas 13, 14 e 15

Nossa História

No primeiro artigo de uma série, o historiador Helder Molina situa as origens dos sindicatos no Brasil.

Página Central



Entrevista

A cantora e compositora Roberta Nistra, autêntica representante da nova geração de sambistas surgida na Lapa, fala da carreira, do Brasil e da exploração dos jovens artistas.

Páginas 18, 19 e 20

Meio ambiente

O teólogo Leonardo Boff lista os dez pontos cruciais para reercrevermos o presente.

Página 21

Movimento Social

Conheça, em reportagem de Max Leone, como vivem os ocupantes do edifício da Rua do Riachuelo que agora abriga mais de 300 ex-sem-teto.

Páginas 22 e 23

Teia de Idéias

Nessa nova seção, trechos de Mino Carta, um festival de cinema muito especial, notícias do século XXI mas que parecem do século XIX e a lembrança dos 14 anos da Chacina da Candelária.

Páginas 24 e 25

Internacional

Aconteceu em março a III Cúpula Continental de Povos Indígenas. Saiba mais no artigo do jornalista Mário Augusto Jakobskind.

Páginas 26 e 27

Oficina Literária

O servidor do Judiciário Federal Eduardo Neves Americano do Brasil conta a história de um pequeno herói num mundo de fantasias.

Página 28

Pan

Glória Horta reflete sobre os ganhos da cidade do Rio de Janeiro com grandes obras como a Avenida Central (hoje Rio Branco) e o Engenho.

Página 29

Contos da Guerra do Iraque

O cartunista Latuff volta este mês com mais um episódio da saga de Juba, o atirador de Bagdá.

Página 30

Escreva para a gente

Participe você também da Idéias em Revista. Basta enviar sua carta, artigo ou comentário para o endereço eletrônico imprensa@sisejuferj.org.br em até 2,5 mil caracteres.

Em agosto, o Sisejufe começa os preparativos para o mais importante evento do ano para a categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro: o Seminário sobre Plano de Carreira e Gestão Democrática de Pessoal, que ocorrerá de 20 a 22 de setembro, na sede do sindicato. Assuntos como este e detalhes das diversas ações do Sisejufe em defesa da categoria, o leitor vai encontrar nas primeiras páginas deste número de Idéias em Revista.

Continuamos enfocando a campanha pela redução da jornada de trabalho, agora com o caso de um servidor que nos conta os problemas que sofreu com o excesso de trabalho e com a tensão na relações com as chefias. Nossa revista apresenta ainda a colaboração de colegas como o oficial de Justiça Marcos Pereira, que opina sobre a Lei de Execução Fiscal; de Glória Horta, que volta a publicar em Idéias em Revista e analisa as alterações que a cidade sofre com grandes obras como as do Pan; e de Eduardo Neves, que apresenta um texto literário e lírico sobre a infância.

O jornalismo também está reforçado nesta edição. Max Leone foi ver como vivem as 65 famílias que ocuparam um prédio abandonado na Rua do Riachuelo. Mário Augusto Jakobskind escreve sobre a III Cúpula Continental de Povo Indígenas, evento praticamente ignorado pela grande mídia. E Marcelo Salles, em reportagem especial para a Idéias, descreve a nova rotina dos moradores do Complexo do Alemão que vivem na linha fogo entre o tráfico e a polícia.

Inauguramos nesta décima terceira edição, na seção Nossa História, uma série de artigos do historiador Helder Molina sobre a trajetória do sindicalismo no Brasil. E traçamos um perfil da jovem e talentosa cantora carioca Roberta Nistra, surgida na cena alternativa dos novos sambistas da Lapa. O leitor vai encontrar novidades como a seção Teia de Idéias, em que nossa redação, todo mês, vai produzir ou reproduzir abordagens diferenciadas sobre temas polêmicos, como o atual movimento do empresariado paulista chamado "Cansei".

Temos ainda quatro dicas culturais para o mês de agosto, pinçadas por Bianca Rocha, e um artigo de Leonardo Boff que nos propõe novas posturas diante do planeta e de nós mesmos. Fechamos esta edição com os Contos da Guerra do Iraque, do cartunista Carlos Latuff, nosso colaborador desde o início da Idéias.

Latuff, durante o Pan, sofreu uma triste perseguição política que fere diretamente a liberdade de expressão – tão alardeada como um princípio pela grande imprensa. Ao caricaturar o símbolo dos jogos, a pedido de movimentos sociais, se viu envolvido numa rede de intrigas políticas e qualificado de vândalo. Tão-somente por ter realizado sua arte e lançado seu olhar ferino e irreverente sobre o evento. Idéias em Revista se solidariza com seu colaborador e reafirma o compromisso do Sisejufe com a livre opinião e a pluralidade de pensamento.



SISEJUFE

Filiado à FENAJUFE e à CUT

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Márcio Hungerbühler, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (Mtb 3953/RS) – Max Leone (Mtb 18.091) – Bianca Rocha (estagiária de jornalismo)

PROJETO GRÁFICO ORIGINAL: Claudio Camillo (Mtb 20.478) – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedoris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff

ASSESSORIA POLÍTICA – Márcia Bauer

CONSELHO EDITORIAL – Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro

IMPRESSÃO: PALAVRAS PINTADAS Editora e Gráfica Ltda. (7.500 exemplares)

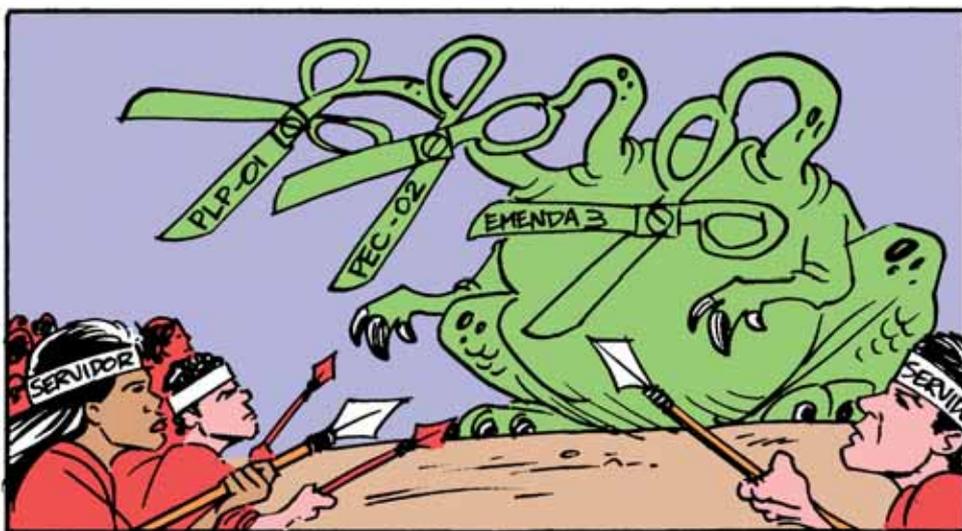
As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2,5 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial.

Marcha a Brasília reúne trabalhadores de todo país

No dia 15 de agosto, milhares de trabalhadores estarão em Brasília, manifestando-se pela manutenção e ampliação de direitos. Questões como a manutenção do veto à Emenda 3 e a retirada imediata da Projeto de Lei Complementar Provisório (PLP) 01/2007, que restringe o direito irrestrito de greve para o funcionalismo público, são pontos centrais da manifestação. A Marcha a Brasília também vai defender mudanças na política econômica do governo federal, o direito a negociação coletiva dos servidores públicos e uma previdência pública para todos. Também será feita a defesa da Reforma Agrária e de valorização constante da educação pública. São diversas bandeiras de reivindicações que atingem o conjunto da classe trabalhadora.

Os servidores do Judiciário Federal do Rio começaram a se mobilizar para a Marcha da CUT a partir de reuniões e assembleias setoriais organizadas pelo Sisejufe. Os encontros ocorreram em 31 de julho na JF e no TRT em Niterói e na sede do sindicato, durante reunião do Núcleo de Aposentados e Pensionistas. Em 1º de agosto, as assembleias foram no TRF e no TRE, no Rio. No dia 2 de agosto, houve reunião no TRT da Antônio Carlos e assembleias na JF da Rio Branco e na JF da Venezuela. E no dia 6 de agosto, foi a vez da assembleia setorial acontecer na JF em São João de Meriti. Nesses encontros foram escolhidos os 17 representantes da categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro para a manifestação em Brasília.



As principais frentes de luta

O **PLP 01** é o projeto do governo que congela o investimento no setor público durante dez anos, limitando os gastos ao aumento do PIB mais 1,5%. Isto resulta num congelamento de salário por pelo menos dez anos.

A **Emenda 3** do projeto de lei da Super-Receita flexibiliza os direitos trabalhistas, ao impedir a fiscalização de pequenas e médias empresas, facilitando a fraude e a exploração dos trabalhadores. Foi vetada pelo governo Lula e agora a bancada neoliberal, com o apoio incondicional dos grandes jornais e televisões, quer derrubar o veto e iniciar extinção dos direitos trabalhistas.

O projeto que restringe a realização de **greves** nasceu de proposta conjunta do Ministério do Planejamento e da Advocacia Geral da União. Ele inviabiliza as paralisações

do setor público. Depois de nossa marcha no dia 23 de maio o governo recuou, a luta ainda não está vencida.

A Proposta de Emenda Constitucional (**PEC 02**) é a chamada Emenda do Trem da Alegria, a PEC da imoralidade administrativa que transforma requisitos em funcionários dos órgãos aos quais foram cedidos, sem o devido concurso público. Hoje há um *lobby* para que seja aprovada no Congresso.

Por último, há o **PL 319**, que retoma, na lei do PCS, o direito ao adicional de qualificação (5%) dos técnicos judiciários e cria o quadro único. O deputado do federal Rodrigo Maia (DEM-RJ), que é o relator na Câmara, está sentado em cima do projeto e se recusa, inclusive, a agendar uma reunião com o sindicato. É preciso lutar para que o PL 319 seja colocado em votação o quanto antes.

Seminário discutirá Plano de Carreira

A direção do Sisejufe começa a preparar um dos principais eventos que a categoria terá em 2007. É o Seminário sobre Plano de Carreira e Gestão Democrática de Pessoal, para discutir um projeto de lei que definirá quais as atribuições de cada cargo, se os servidores do Judiciário Federal são de uma carreira única ou não; se haverá progressão funcional; se terá critérios para criação e ocupação de FCs e CJs, além da jornada de trabalho.

Serão três dias de discussão, culminando com um trabalho de grupo e um relatório final que apontará o caminho a ser seguido pelos servidores

do Rio. O seminário está marcado para os dias 20, 21 e 22 de setembro e acontecerá na sede do sindicato, na Avenida Presidente Vargas, 509, 11º andar.

“Este é o momento para debatermos e aprovarmos, coletivamente, que carreira no serviço público federal desejamos”, avalia Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe. A diretoria do sindicato elaborou um texto-base para ser discutido no encontro. O texto possui oito tópicos: 1) Que carreira queremos; 2) Jornada de 6 horas = Qualidade de vida; 3) Ascensão funcional, sim ou não?; 4) Quadro e Carreira Única com isonomia total; 5) Defe-

sa da saúde do trabalhador e luta contra o assédio moral e sexual; 6) Critérios para ocupação de FCs e CJs e lutas contra as requisições e cessões; 7) Isonomia de chefes de cartório, luta específica da Justiça Eleitoral; e 8) Produtividade e qualidade? Com que critérios?

A categoria pode e deve participar do debate. Para isso basta fazer a inscrição pelo endereço eletrônico contato@sisejuferj.org.br.

As propostas serão adicionadas no futuro caderno de sugestões de nosso seminário.

Sindicato cobra pagamento de AQ para servidores do TRT

O Sisejufe apresentou proposta à desembargadora Dóris Castro Neves, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região para o plano de gestão orçamentária do TRT em 2008. Por meio dos ofícios 218 e 219, de 16 de julho de 2007, requereu também informações sobre a não incorporação dos valores do Adicional de Qualificação (AQ) no salários dos servidores do Tribunal.

No documento sobre a gestão orçamentária do TRT (ofício 218), o Sisejufe propõe a realização de obras de recuperação dos fóruns do Interior que estão em más condições, como os de Nova Iguaçu, Nilópolis e Campos; a modernização dos equipamentos, com prioridade para os ergonômicos, tendo como objetivo evitar doenças como LER e Dort; cursos de

formação e treinamento para os servidores do Interior, ou pagamento de diárias para viagem de treinamento à capital; cursos específicos para agentes de segurança, de acordo com as determinações do novo PCS; e a criação da secretaria de segurança no tribunal.

No ofício 219, o diretor Roberto Ponciano, pediu ao TRT informações sobre os motivos do não-pagamento do AQ aos servidores do órgão. Segundo Ponciano, há uma portaria conjunta regulamentando o adicional e os valores já são pagos em outros tribunais. O diretor solicitou também o agendamento de reunião com a presidente do TRT para esclarecer o assunto e procurar soluções com relação ao pagamento imediato do AQ.

Federalização da Justiça Eleitoral

Foi realizada reunião no dia 21 de julho, no Sisejufe, para debater questões específicas da JE. Após esclarecidas questões como B17, arrastão, assédio moral, estágio probatório, isonomia e progressão, ficou decidido que o Sisejufe levará para a Fenajufe a proposta de que a verba paga aos promotores eleitorais seja de responsabilidade do MP e não da JE.

Também que se volte a debater o projeto de federalização da JE, que está parado no Congresso Nacional.

Ficou agendada para o dia 15 de setembro, sábado, às 14h, no sindicato, uma nova reunião para tratar de temas relativos aos servidores da JE – será a quarta reunião com esse objetivo em 2007.

Um Rio contra a PEC 02

A luta contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 02/2003 tomará as ruas em setembro. Juntamente com o Sisejufe, um grupo de concursados realizará um ato público no dia 5 de outubro, às 17h, em frente à Câmara dos Vereadores do Rio, na Cinelândia. A idéia é ganhar apoio de partidos políticos, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entidades sindicais e de parlamentares para que se evite o retrocesso que

seria a aprovação desta PEC. Além de um abaixo-assinado (que vem sendo distribuído e está disponível na página do sindicato: sisejuferj.org.br), a campanha também tomará os gabinetes dos deputados federais eleitos pelo Rio de Janeiro.

Se aprovada pelo Congresso, a PEC 02 permitirá que servidores requisitados de qualquer poder possam ser efetivados sem a realização

de concurso público para a função a que foi transferido. De iniciativa do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), a proposta está pronta para ser votada em regime de urgência. Para o Sisejufe, a PEC fere o princípio da moralidade e da impessoalidade garantidos pela Constituição Federal. O sindicato entende que a prestação do concurso é a única forma democrática de ingresso no serviço público.

Isonomia para chefes de cartório

O processo da isonomia das chefias de cartório eleitoral já se encontra concluso com o ministro Cezar Peluso. A proposta da Federação é isonomia com FC6 para todos os chefes de cartório. A proposta do TSE é a criação de entrâncias divididas pelo quantitativo de eleitores, variando de FC4 a FC6. Assim que o ministro voltar do recesso, a federação marcará uma reunião e chamará o Sisejufe para participar. Isto deve ocorrer provavelmente na 3ª quinzena de agosto.

Estágio probatório

Tendo em vista a não assinatura da regulamentação conjunta pelo presidente do TSE, o Sisejufe protocolou, em 12 de julho, requerimento administrativo (48463/2007) para que o pleno do TRE-RJ reconheça, com efeitos financeiros retroativos, o direito ao estágio probatório de dois anos, o qual não se confunde com o instituto da estabilidade no serviço público, que é de três anos. Tanto na JF, 1ª e 2ª instâncias, quanto no CJF e no STJ, o estágio é de dois anos.

Maia não quer conversa

O Sisejufe mais uma vez tentou agendar uma reunião com o relator do PL 319, deputado federal do DEM, Rodrigo Maia, e não obteve êxito. A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) informou que somente o Sindjus-DF conseguiu contato com o relator, em função dos dirigentes terem ido diretamente ao gabinete do deputado, em Brasília.

Aposentados fazem grande reunião em julho

Em 31 de julho, o Núcleo dos Aposentados reuniu 30 sindicalizados na sede do Sisejufe. No encontro foi discutido o andamento da denúncia do Instituto Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap) feita à Organização dos Estados Americanos (OEA) e da ação protocolada pelo Sisejufe para reajustar a VPNI com a incorporação dos quintos para os associados.

Em julho, a Presidência da República foi intimada pela Comissão de Direitos Humanos da OEA a esclarecer a denúncia de violação de direi-

tos humanos pelo Estado brasileiro. A denúncia P-644/05 do Mosap tem como objetivo invalidar a Emenda Constitucional 41 (Artigo 4º), de iniciativa do Executivo, que determinou a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de pensionistas e aposentados. Para o Mosap, o desconto não poderia ocorrer para quem se aposentou antes da Reforma da Previdência de 2004. A cobrança foi considerada constitucional pelo STF, mas configura bitributação.

Os convidados aproveitaram a

oportunidade para tirar dúvidas sobre as novas carteiras sindicais, recadastramento bancário obrigatório e diversas questões jurídicas. Os esclarecimentos foram feitos pela diretora do Núcleo dos Aposentados Lucilene Lima, pela assessora política do Sisejufe Márcia Bauer e pela ex-dirigente da Fenajufe Vera Lúcia Pinheiro. A reunião foi encerrada com apresentação do cantor e compositor Dú Basconça e do Grupo Chora o Samba. O núcleo reúne-se sempre durante a tarde da última terça-feira de cada mês, na sede do sindicato.

Excesso de trabalho e ambiente



Cunha: servidor teve problemas de saúde agravados pela jornada e clima tenso

Texto e fotos
Max Leone*

Oito meses longe da repartição e dos colegas de trabalho. Esse foi o tempo que o técnico judiciário João Souza da Cunha, 44 anos, ficou afastado do serviço para fazer tratamento médico. Entre agosto de 2005 e abril de 2006, o servidor da Justiça Federal viveu dias difíceis até conseguir retomar a vida normal. Impedido de trabalhar por problemas psiquiátricos, João Cunha lembra que não teve só a vida profissional afetada. O convívio com a família também foi prejudicado.

“Sofria com depressão, insônia, falta de ar. Os médicos diagnosticaram que eu era bipolar”, lembra o servidor, que é mestre em Direito, professor universitário e atua há 18 anos na Justiça Federal.

O relato de João Cunha reflete o que acontece em muitos setores do Judiciário Federal. Os problemas apresentados pelo servidor seriam fruto de fatores como a excessiva jornada de trabalho de 8 horas, a disputa interna por poder, gratificações e comissões, e a falta de uma gestão administrativa coerente. Sem contar o comportamento arbitrário adotado por boa parte dos diretores de órgãos federais.

A pesquisa “Aumento da Jornada de Trabalho, Qualidade de Vida e Produtividade na Justiça do Trabalho da 4ª Região”, do sociólogo Carlos Alberto Colombo, mostra o quanto foi prejudicial para os servidores a imposição de uma jornada de oito horas de serviço. Colombo afirma que “uma relação unilateral da Administração para com os servidores com a ampliação de 33% da jornada diária de trabalho, tende a contribuir fortemente – ainda que involuntariamente – para a diminuição do moral dos servidores”. O trabalho do sociólogo serviu de base para que a direção do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Rio Grande do Sul (Sintrajufe-RS) negociasse a volta das 6 horas para os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) a partir de 2002.

Relações de poder precisam ser revistas

“Nos últimos anos, no Brasil, os servidores públicos foram expostos a uma intensa campanha de desmoralização pública e vivenciaram a supressão de vários direitos”, diz o sociólogo, em seu trabalho.

Nesse sentido, segundo o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, fica cada vez mais evidente a necessidade de intensificar a campanha pela redução da jornada de trabalho para seis horas. “A iniciativa do movimento sindical ligado à CUT de continuar essa luta é correta. E o Sisejufe não vai medir esforços para atingir o objetivo de reduzir a jornada”, explica.

Além da jornada, que no Rio é de 8 horas, o servidor João Cunha relata que estar num ambiente hostil de trabalho contribuiu para o aparecimento de doenças, principalmente, as de ordem psicológicas. “Nosso trabalho

nte hostil desgastam o servidor

Muitos problemas de saúde são originados na excessiva jornada de trabalho, na disputa interna por poder, gratificações e comissões, e na falta de uma gestão administrativa coerente. Tudo agravado pela conduta arbitrária de muitos dos diretores



Luta: Sisejufe está mobilizado pelas 6 horas e contra o assédio moral no Judiciário

já é extremamente desgastante. Após várias horas de trabalho nessas condições não há eficiência que resista" atesta Cunha.

Segundo o sociólogo Carlos Alberto Colombo, a tendência histórica dominante do Estado brasileiro de impor uma relação unilateral com os servidores começa a ser questionada, principalmente, por gestores públicos que perceberam que não é mais possível manter esse tipo de atitude. Mas ainda há muito que avançar nesse sentido. "A relação de poder nas sessões acaba deixando muito servidor doente. Muitos não suportam ser comandados por pessoas não capacitadas para exercer o cargo de chefia", completa João Cunha.

Após os oito meses de afastamento, Cunha temeu por sua readaptação. Ele não queria reencontrar um ambiente arbitrário e de mão-de-ferro que o fizesse ter de passar novamente por problemas de saúde. "Não tenho medo de trabalho, mas o assédio moral baixa a nossa auto-estima", diz o servidor.

*Da Redação.

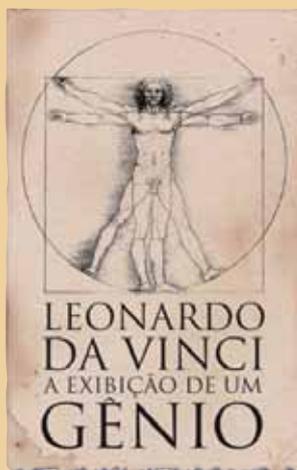
Previdência vai punir empresas com grande número de acidentes de trabalho

As recentes mudanças implantadas pela Previdência – que podem aumentar ou diminuir significativamente a alíquota do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) paga pelas empresas – já começam a mostrar resultados na concessão de auxílio-doença acidentário. De acordo com o INSS, em abril foram concedidos 28.594 benefícios, número 147,8% superior ao registrado em março. O aumento é um dos reflexos da regulamentação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) pelo INSS, que permite ao médico perito caracterizar a relação entre a doença apresentada pelo empregado e a atividade exercida por ele. Com a mudança, o INSS pretende punir com maior rigor e carga fiscal as empresas com número alto de acidentes. Elas poderão ter o valor mensal do SAT elevado em até 100%. Já aquelas que cuidam bem da saúde e da segurança de seus funcionários podem ter a contribuição reduzida em até 50%.

O NTEP tem influência direta no Fator Acidentário de Prevenção (FAP), índice regulamentado como nova base de cálculo para o Seguro de Acidente de Trabalho, que flexibiliza o valor do SAT pago mensalmente pelas empresas sobre a folha de pagamento. Até hoje, a alíquota do SAT, que varia de 1% a 3%, era definida pela área de atuação da companhia.

As regras já estão valendo a partir deste ano e a Previdência passará a cobrar o seguro, levando em consideração a frequência de acidentes, gravidade e o custo do benefício para o órgão, a partir 1º de janeiro de 2008.

Do ponto de vista do empregado, o NTEP vai corrigir distorções, uma vez que muitas empresas relutam em emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) devido às suas conseqüências, como a estabilidade de 12 meses após a alta médica.

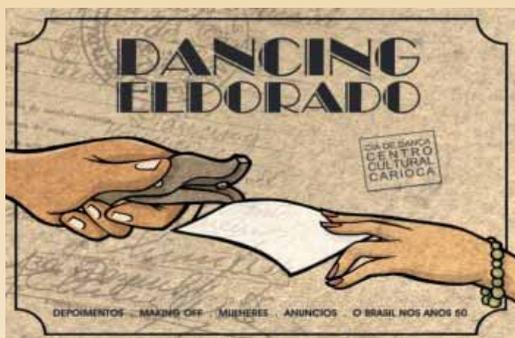


■ Leonardo da Vinci – A exibição de um gênio

A mostra *Leonardo da Vinci – A exibição de um gênio* conta com um acervo de mais de 110 peças que contemplam grande parte das áreas de estudo e trabalho do artista italiano. A exposição aborda quase todo o legado davinciano nas áreas da pintura, filosofia, arquitetura, engenharia e anatomia. Devido à rígida legislação que restringe a circulação das obras originais, a exposição recria o universo de Da Vinci com trabalhos produzidos em território italiano com os recursos da época. Mas a tecnologia está presente em diversos momentos, como em o "Homem Vitruviano", em que o princípio da proporção divina é recriado em 3D. O mesmo acontece na reprodução da tela "Última Ceia". A exposição fica no Rio de 8 de agosto a 9 de setembro, na Casa França-Brasil, Rua Visconde de Itaboraá, nº 78, Centro. A exposição funciona de segunda a domingo e a entrada custa R\$ 30 (inteira) e R\$ 15 (meia).

■ Guimarães Rosa por Bia Lessa

A exposição *Grande Sertão: Veredas* é toda construída por palavras e recria o impacto da leitura de uma das grandes obras da literatura brasileira. O cenário é composto por entulhos e varais com "bandeiras", e para compreender o real sentido das inúmeras frases é necessário o uso de uma mira de metal. A mostra, concebida por Bia Lessa, vai muito além do didatismo sobre o escritor e sua obra: o objetivo é fazer com que as pessoas interajam no universo de Guimarães Rosa. Trechos de Guimarães Rosa estão por toda parte. Para lê-los, porém, os visitantes vão ter que entender o "olhar" da artista. A exposição já foi visitada por 550 mil pessoas em São Paulo e fica no Rio até 28 de outubro, no Museu de Arte Moderna, na avenida Infante Dom Henrique, 85, Parque do Flamengo. O horário é das 12h às 18h, de terça à sexta-feira, e de 12h às 19h nos sábados e domingos. A bilheteria fecha sempre meia hora antes do encerramento da exposição. O preço é de R\$ 5 (inteira) e R\$ 2 (meia).



■ Dancing Eldorado

Todo glamour do lendário Dancing Eldorado está de volta. A Cia. de Dança do Centro Cultural Carioca reencena em seu palco o célebre espetáculo que marcou época entre os anos 30 e 60 no Rio de Janeiro. São 12 dançarinos/atores e sete músicos relembrando situações e músicas que fizeram parte da história dos costumes cariocas. Hoje, o espetáculo apresenta um retrato mais feminino e aborda o papel da mulher na sociedade daqueles tempos. O show fica em cartaz aos domingos e segundas-feiras, até o dia 3 de setembro. Os ingressos, a R\$ 30, podem ser adquiridos na página <http://ingresso.com> e na secretaria do Centro Cultural Carioca, rua Sete de Setembro 237, 3º andar, Centro (de segunda a sexta, de 11h às 20h).

■ O valor da solidariedade

O Instituto Solidariedade Brasil (ISB) inicia em agosto o ciclo de debates: "O Valor da Solidariedade". O foco será a discussão da presença da solidariedade em diversas áreas como educação, arte, tecnologia, esporte, filosofia e política. O evento vai acontecer no salão nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ e terá a cada semana a presença de um especialista. Participarão personalidades como escritor Frei Betto, o economista Carlos Lessa, o embaixador e secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores Samuel Pinheiro Guimarães e o coordenador nacional do MST João Pedro Stédile. No último encontro, do dia 26 de novembro, o palestrante será o presidente do ISB, o ex-senador Saturnino Braga. Os encontros acontecerão às segundas-feiras, às 17h, no IFCS, Largo de São Francisco nº 1, Centro, Rio de Janeiro. A programação completa pode ser encontrada na página <http://isb.org.br> ou pelo telefone: (21) 2517.0554. A entrada é franca.



O risco de se mudar, para pior, a LEF

Marcos André Leite Pereira*

Mais um ataque ao Poder Judiciário se avizinha. O Poder Executivo, através da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, vem tentando promover alterações na Lei de Execução Fiscal (LEF), que a nosso ver, estão totalmente equivocadas. Busca-se mais uma vez copiar "os exemplos" dos países ditos adiantados, e transformar a cobrança judicial dos créditos tributários numa cobrança administrativa, eliminando-se, praticamente, a fase judicial. Assim, procuradores da Fazenda acumulariam a figura de parte e juiz, ao mesmo tempo, eliminando-se assim a figura do magistrado; como também se eliminaria a figura dos Oficiais de Justiça, visto que seriam criados cargos de Oficiais de Fazenda Pública.

Ora, é de se perguntar, o que se faria com toda esta estrutura que foi montada pela Justiça Federal aqui na seção judiciária do Rio de Janeiro, criando-se varas especializadas em execução fiscal, contratando-se funcionários e juizes para tal fim? Será que o dinheiro público está sobrando assim, para se gastar em vão? Sem contar a inconstitucionalidade flagrante que tal projeto carrega em sua essência. Quero deixar claro que, não sou contra a alteração e aperfeiçoamento da LEF, mas acredito que esta mudança brusca no modo de cobrança, não me parece o mais razoável, tanto para a Justiça Federal, como para a sociedade.

Inúmeras são as vozes que já disseram ser contra tal projeto, e ainda assim, o governo insiste em tentar

encaminhar tal matéria para discussão no Congresso, quando o certo seria fazer uma discussão de aperfeiçoamento da cobrança judicial, com iniciativas que já estão em curso, como a virtualização do processo e outras medidas administrativas, de fácil resolução.

Por último, quero lembrar que mais da metade dos mandados, que são expedidos na JF-RJ, tem origem na execução fiscal, acarretando assim, em caso de aprovação do projeto, uma perda da importância institucional dos setores que estão diretamente envolvidos com a matéria. Reflitamos.

*Oficial de Justiça
Justiça Federal de São João de Meriti.

Uma greve em defesa da natureza

Os servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estiveram em greve de 14 de maio a 18 de julho. A paralisação foi motivada pela luta contra a Medida Provisória (MP) 366/07 que visa dividir o controle da gestão ambiental brasileira. A MP cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que ficaria responsável pela gestão de unidades de conservação da União. De acordo com Jonas Corrêa, presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ibama (Asibama) os trabalhadores só retornaram aos seus postos em função do recesso parlamentar.

A MP 366/07 foi aprovada pela Câmara e no dia 07 de agosto passou pelo plenário do Senado. Agora resta lutar pelo veto presidencial.

A fragmentação do Ibama, dizem os servidores, poderá elevar os gastos públicos na área sem melhoria dos serviços. Por um lado pode ocorrer atrasos em licenciamentos e, por outro, facilitações de licenciamentos que ferem a sustentabilidade ambiental, além de um possível enfraquecimento da fiscalização.

O projeto já sofreu alterações em sua passagem pela Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) fez algumas mudanças ao texto original. Ele inclui como uma das funções do Instituto Chico Mendes a realização de programas de educação ambiental. O relator também promoveu mudanças com relação à contratação de pes-



Em Brasília: marcha do Ibama contra a MP 366/07

soal por tempo determinado em casos de emergência imprevistos. De acordo com o texto aprovado, isso poderá ser feito por um prazo que não superior a 180 dias.

Agência Brasil

Chega de Excelências, senhores!

Fausto Rodrigues de Lima*

Em 13 de junho, um juiz do Paraná desmarcou uma audiência porque um trabalhador rural compareceu ao fórum de chinelos, conduta considerada "incompatível com a dignidade do Poder Judiciário". Não muito antes, policiais do Distrito Federal fizeram requerimento para que fossem tratados por "Excelência", tal qual promotores e juízes. Há alguns meses, foi noticiado que outro juiz, este do Rio de Janeiro, entrou com uma ação judicial para obrigar o porteiro de seu condomínio residencial a tratar-lhe por "doutor".

Tais fatos poderiam apenas soar como anedotas ridículas da necessidade humana de criar (e pertencer a) castas privilegiadas. No entanto, os palácios de mármore e vidro da Justiça, os altares erguidos nas salas de audiência para juízes e promotores e o tratamento "Excelentíssimo" dispensado às altas autoridades são resquícios diretos da mal resolvida proclamação da República brasileira, que manteve privilégios monárquicos aos detentores do poder.

Com efeito, os nobres do Império compravam títulos nobiliárquicos a peso de ouro para que, na qualidade de barões e duques, pudessem se aproximar da majestade imperial e divina da família real. Com a extinção da monarquia, a tradição foi mantida por lei, impondo-se diferenciado tratamento aos "escolhidos", como se a respeitabilidade dos cargos públicos pudesse, numa república, ser medida pela "excelência" do pronome de tratamento.

Os demais, que deveriam só ser cidadãos, mantiveram a única qualidade que sempre lhes coube: a de súditos (não poderia ser diferente, já que a proclamação não passou de um

movimento da elite, sem nenhuma influência ou participação popular). Por isso, muitas Excelências exigem tratamento diferenciado também em sua vida privada, no estilo das famosas "carteiradas", sempre precedidas da intimidatória pergunta: "Você sabe com quem está falando?".

É fato que a arrogância humana não seduz apenas os mandarins estatais. A seleta casta universitária e religiosa mantém igualmente a tradição monárquica das magnificências, santidades, eminências e reverências. Tem até o "Vossa Excelência Reverendíssima" (esse é o cara!)

Somos, assim, uma República com espírito monárquico. As Excelências, para se diferenciarem dos mortais, ornaram-se com imponentes becas e togas, cujo figurino é baseado nas majestáticas vestimentas reais do passado. Para comparecer à sua presença, o súdito deve se vestir convenientemente. Se não tiver dinheiro para isso, que coma brioques, como sugeriu a rainha Maria Antonieta aos esfoameados que não podiam comprar pão na França do século 18.

Enquanto isso, barões sangram os cofres públicos impunemente. Caso flagrados, por acaso ou por alguma investigação corajosa, trata a Justiça de soltá-los imediatamente, pois pertencem ao mesmo clã nobre (não raro, magistrados da alta cúpula judiciária são nomeados pelo baronato). Os sapatos caros dos corruptos têm livre trânsito nos palácios judiciais, com

seus advogados persuasivos (muitos deles são filhos dos próprios julgadores, garantindo-lhes uma promiscuidade hereditária), enquanto os chinelos dos trabalhadores honestos são barrados. Eles, os chinelos, são apenas súditos. O único estabelecimento estatal digno deles é a prisão, local em que proliferam.

A tradição monárquica ainda está longe de sucumbir, pois é respaldada pelo estilo contemporâneo do liberalconsumismo, que valoriza as pessoas pelo que têm, e não pelo que são. Por isso, após quase 120 anos da proclamação da República, ainda é tão difícil perceber que o respeito devido às autoridades devia ser apenas consequência do equilíbrio e bom senso dos que exercem o poder; que as honrarias oficiais só servem para esconder os ineptos; que, quanto mais incompetente, mais se busca reconhecimentos artificiais etc.

Numa verdadeira República, que o Brasil ainda há de um dia fundar, o único tratamento formal possível, desde o presidente da nação ao mais humilde trabalhador (ou desempregado), será o de "senhor", da nossa tradição popular. Os detentores do poder, em vez de ostentar títulos ridículos, terão o tratamento respeitoso de servidor público, que o são. E que sejam exonerados se não forem excelentes!

Seus verdadeiros chefes, cidadãos com ou sem chinelos, legítimos financiadores de seus salários, terão a dignidade promovida com respeito e reverência, como determina o contrato firmado pela sociedade na Constituição da República.

Abaixo as Excelências!

*Promotor de Justiça do Distrito Federal.

O nosso Alemão é mais complexo*

Texto e fotos
Marcelo Salles**,
especial para Idéias em Revista



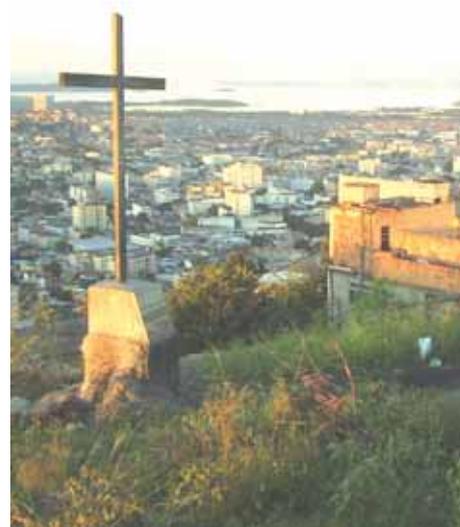
Igreja da Penha vista do Morro do Alemão, no alto do qual funciona a ONG Raízes em Movimento

Os 250 mil moradores do Complexo do Alemão, que há tempos sofrem a tensão do convívio com o crime organizado a partir do narcotráfico, vivem há três meses também sob a mira da polícia. Desde a ação policial de 27 de junho, que deixou pelo menos 19 mortos, seis equipes da Força Nacional de Segurança cercam as principais entradas da Grotta, Fazendinha, Morro do Alemão e Morro do Alvorada, quatro das 13 favelas do complexo localizado na Zona Norte, em plena Serra da Misericórdia. Os moradores estão submetidos a revistas diárias e à desagradável sensação de ter, vez por outra, um fuzil apontado em sua direção.

Apesar disso, a presença do tráfico varejista é constante na vida dos moradores. A movimentação, em que pese a ação policial, se intensifica nos finais de semana, quando são negociadas, sobretudo, maconha e cocaína.

A uso cada vez maior de drogas ilícitas, alavancado sobretudo pela classe média – sem que exista uma campanha formal sobre as consequências desse consumo crescente – contrasta com o aparato que o Estado mobiliza para reprimir a oferta, numa das regiões mais desassistidas da cidade do Rio de Janeiro.

Por um fim-de-semana de julho, visitei o Complexo do Alemão e acompanhei o trabalho da ONG Raízes em Movimento, que realiza oficinas de capacitação técnica e artística para a comunidade. Em que pese grande parte dos “soldados” do tráfico ser de jovens nascidos e criados na região, a grande maioria dos cidadãos do lugar busca alternativas de vida digna e melhores condições de aprendizado e trabalho. Em outras palavras, inclusão social. Sem ter que viver na linha de fogo entre criminosos e policiais.



*Frase de um grafite na entrada do Morro do Alemão.

Continua nas páginas 14 e 15

O nosso Alemão é mais complexo

Ação da polícia é truculenta e fora dos limites legais

Todos os relatos dão conta de que a polícia, quando entra, não respeita os moradores. A abordagem leva a crer que todos são culpados até prova em contrário. Isto fica claro no depoimento de Maria Aparecida, nascida e criada na Grota. Esta mulher de 42 anos, desempregada, mora ao lado da casa que foi explodida por uma bomba no dia da operação. Ela contou o que sentiu quando a polícia invadiu sua casa: "A gente pedindo pelo amor de Deus pra eles saírem porque aqui tem criança. É perigoso a polícia aqui. E se derem tiro pra cá? Já tenho dois tiros na cozinha, também tem dois tiros no meu banheiro. Aí eles queriam ficar aqui na varanda". Perguntada se os policiais apresentaram alguma documentação, ela sorri ironicamente: "É ruim, hein! Mostrar documento... É ruim, hein! Se pedir documento acho que a gente ganha tapa na cara. É ruim de pedir".

Outro morador, que pede para ser identificado apenas como Roy, de 41 anos, tem opinião parecida. "Quanto à operação [policial], eu concordo. Mas não concordo com a maneira deles trabalharem, que matou muita gente inocente. Se a polícia não mexer, tá tudo bem, maravilha. Os meninos querem vender o negócio deles. Vendendo o negócio deles, acabou, não mexem com ninguém. [No dia 27 de junho], a polícia, além de matar bandido, matou inocentes, bateram em mulher, arramaram um barzinho de uma colega minha, comeram, beberam tudo, depois foram embora".



Fotos: Latuff

Geral: David, da ONG Raízes em Movimento, é revistado por policial

A polícia, quando entra, não respeita os moradores. Na abordagem, todos são criminosos até prova em contrário

A esmagadora maioria dos depoimentos ouvidos pela reportagem foi crítica à ação truculenta da polícia. Dentro e fora do Complexo do Alemão, a indignação se faz ouvir. Um exemplo é o manifesto que circulou na internet contra o modelo de ação empreendida pelas forças de segurança, encabeçado por professores universitários e juristas que repudiam o caráter bélico de uma política que "criminaliza a pobreza". O que foi amplificado na grande mídia, porém, foi a formulação do presidente Lula de que "a bandidagem" não

pode ser tratada com "pétalas de rosa".

Seguindo pela favela Grota se chega, à esquerda, na subida para o Morro do Alvorada. Para a direita, Morro do Alemão. Na medida em que o visitante sobe, passa por becos e vielas, por vezes tão estreitos que só é possível passar uma pessoa de cada vez. Não é raro que uma janela do quarto de alguém dê para um beco, o que significa que o transeunte está a dois, três metros da intimidade do morador. É comum duas ou três vizinhas conversarem sobre o dia-a-dia enquanto preparam o almoço – cada uma em sua casa.

Do pé ao topo, o Morro do Alemão tem 138 metros de altura. A caminhada leva de 30 a 50 minutos, dependendo do preparo físico de cada um. Mas lá em cima a vista compensa. Vê-se a Igreja da Penha, o Maracanã, a Ilha do Fundão, a avenida Brasil e a Baía de Guanabara, e um mar de casinhas de tijolo.



À esquerda, moradora passa diante de policiais militares na subida do Morro do Alemão.

Ao lado, PMs em formação de combate. Na outra página, alguns dos grafites feitos nas oficinas da ONG Raízes em Movimento, presidida pelo estudante de jornalismo David da Silva.

Matança no Rio é três vezes superior a de todos os Estados Unidos

A ação da polícia, em 27 de junho, dificilmente será esquecida. Naquele dia, 1.350 policiais, três Caveirões, um helicóptero e dezenas de viaturas, foram empregados numa ocupação que resultou em, pelo menos, 19 mortos e 60 feridos, no que ficou conhecido no complexo como a “Chacina do Alemão”. A Força Nacional de Segurança ainda está cercando as principais entradas 24 horas por dia. O universitário David da Silva, 26 anos, é um dos moradores que tem de passar diariamente pelo bloqueio policial para chegar em casa. Segundo ele, o objetivo da polícia é manter os moradores acuados dentro das favelas.

David critica a mídia que apoiou incondicionalmente o massacre do dia 27 de junho e traça considerações a respeito do sistema dominante. “Quando o cara vê no jornal que morreram 20, 40 no Alemão, em Nova Iguaçu, isso choca. Violência, morte, criança no tráfico... Se você for ver, de um mês pra cá tem notícia do Alemão todo dia. O sistema está ligado diretamente aos meios de comunicação. Todo mundo sabe que esse sistema gera miséria, e divulgam essa miséria de forma negativa. Por isso é perversa a maneira como a mídia está cobrindo. Eles não mostram que aqui tem gente que pensa, que tem potencial, porque isso volta contra o projeto deles”, afirma David, que mora bem próximo a uma das salas do Grupo Raízes em Movimento, entidade que promove oficinas de grafite, fotografia, tecelagem e violão para os moradores da região.

Se considerarmos todo o período da ocupação, desde 2 de maio, o número

David: “O sistema gera miséria e divulga a miséria de forma negativa. Por isso é perversa a maneira como a mídia está cobrindo. Não mostram que aqui tem gente que pensa, que tem potencial...”

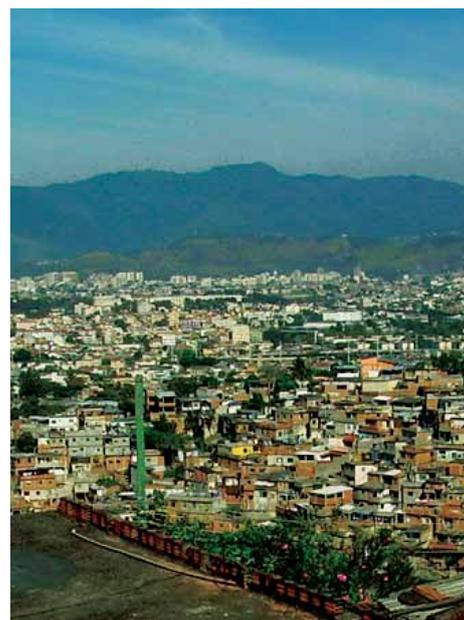
de mortos chega a 44 e o de feridos a 78 – muitos dos quais sem envolvimento com o tráfico varejista. Entretanto, alguns moradores relataram casos de desaparecimentos não computados nas estatísticas do governo estadual. Durante o percurso pela favela, foi possível constatar as marcas da violência: inúmeras paredes estão cravejadas de tiros e a esmagadora maioria dos moradores condena a ação da polícia.

De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública do RJ, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública, a PM matou 449 pessoas entre janeiro e abril deste ano. São 36,4% mais mortes do que no mesmo período do ano passado (329). Se considerarmos todo o ano de 2006, chegamos a 1.063 mortes, o que torna a polícia do Rio mais letal do que todas as polícias dos EUA, que mataram, no mesmo período, 341 pessoas. Outro dado relevante e que comprova a violência policial no Estado é que para cada grupo de 41 pessoas mortas pelas forças de segurança, morre um policial. A proporção é quatro vezes maior que a média internacional.

Asocióloga Vera Malaguti, secretária-

geral do Instituto Carioca de Criminologia, questiona essa política de segurança pública que vem sendo aprofundada no Rio de Janeiro. “Não diminui o crime, nem o consumo de drogas. Então, qual o sentido disso? O que está em jogo agora é matar por matar, porque os indicadores não mostram melhora. A eficácia é a truculência por si só”, afirmou.

Para cada grupo de 41 pessoas mortas pelas forças de segurança, morre um policial. A proporção é quatro vezes maior que a média internacional



** Marcelo Salles é jornalista, editor do site e do jornal Fazendo Media.



As origens dos sindicatos no B

Helder Molina*

Este artigo analisará o nascimento das idéias e das organizações sindicais no Brasil, desde a virada do século XIX para o XX, período em que se deu a transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado – capitalista – no Brasil. Analisaremos o processo de construção dos sindicatos, na República Velha, o sindicalismo no período Vargas, o surgimento do Novo Sindicalismo e os desafios e problemas atuais enfrentados pelo sindicalismo contemporâneo.

História é conhecimento do passado, das nossas raízes, tradições e heranças. O estudo da História possibilita a compreensão do presente e construção de um projeto de futuro. A classe operária, seu surgimento e o próprio conceito, é produto de um processo de formação histórica, no qual é preciso considerar as circunstâncias, a cultura, as tradições. A gestação, nascimento e consolidação da classe operária em dado lugar, se dá a partir de seus interesses concretos, de suas tradições e cultura, de seus valores, das circunstâncias reais.

A classe trabalhadora é produto das contradições geradas pelo capitalismo, da expropriação da força de trabalho do trabalhador, da exploração de classe, da violência física e moral imprimida pelos patrões, para produzir lucros e acumular riquezas. No Brasil, a classe operária, depois as outras classes trabalhadoras, surgiu com o final da escravidão, no período pós 1880, e depois com a abolição da escravatura e o surgimento do trabalho assalariado, em fábricas, em larga escala, no século XX.

O início do século – O predomínio das lideranças anarco-sindicalistas socialistas e comunistas

A influência das experiências europeias entre os trabalhadores vieram com a chegada de muitos estrangeiros, que eram trabalhadores qualificados e artesãos. Houve um predomínio dos anarquistas no início do século XX, que foi decisivo para o nascimento do movimento operário organizado no Brasil. Quem eram os anarco-sindicalistas? Eram militantes operários que procuravam (e procuram), a partir das lutas sindicais, derrubar o regime capitalista, o Estado e toda forma de opressão

O pensamento anarquista se origina na Itália, Espanha e França. Eles só reconhecem a autoridade de uma assembleia. Recusam todo poder delegado, toda representação que retire do trabalhador a autonomia de decidir e se auto-organizar. Recusam e combatem toda forma de organização centralizada. Nos sindicatos eles priorizam o trabalho no campo da educação e das atividades culturais,



com isso buscam despertar os trabalhadores não somente para a luta por seus interesses específicos, mas para a transformação radical da sociedade. Diferentes dos trabalhadores que visavam apenas a defesa coletiva de seus interesses, contra a exploração do trabalho.

As concepções que fundaram o sindicalismo brasileiro

Em 1908 é criada a Confederação Operária Brasileira (COB) que reunia cerca de 50 associações de classe das principais cidades brasileiras: Rio, São Paulo, Salvador, Recife – as com maior número de operários fabris. Realizam campanhas contra as arbitrariedades policiais, organizam fundos e mobilizações de solidariedade às lu-

Brasil – Da escravidão ao salário



tas em outros países, a operários em greve, a operários estrangeiros expulsos. Essas lutas se materializam em atos públicos, passeatas e manifestações. Os anarco-sindicalistas são laicos e anti-religiosos, e combatem a influência do clero nos assuntos políticos e do Estado, principalmente as associações clericais e suas práticas assistencialistas e beneficentes.

Outra concepção importante era a dos comunistas, principalmente após a Revolução Russa de 1917, que influenciou o movimento operário mundial, juntando as idéias de Karl Marx (pensador e militante comunista alemão) às idéias operárias contra o capitalismo. A fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, foi o ponto alto da herança comunista e

de sua presença no movimento sindical nas primeiras décadas do capitalismo brasileiro.

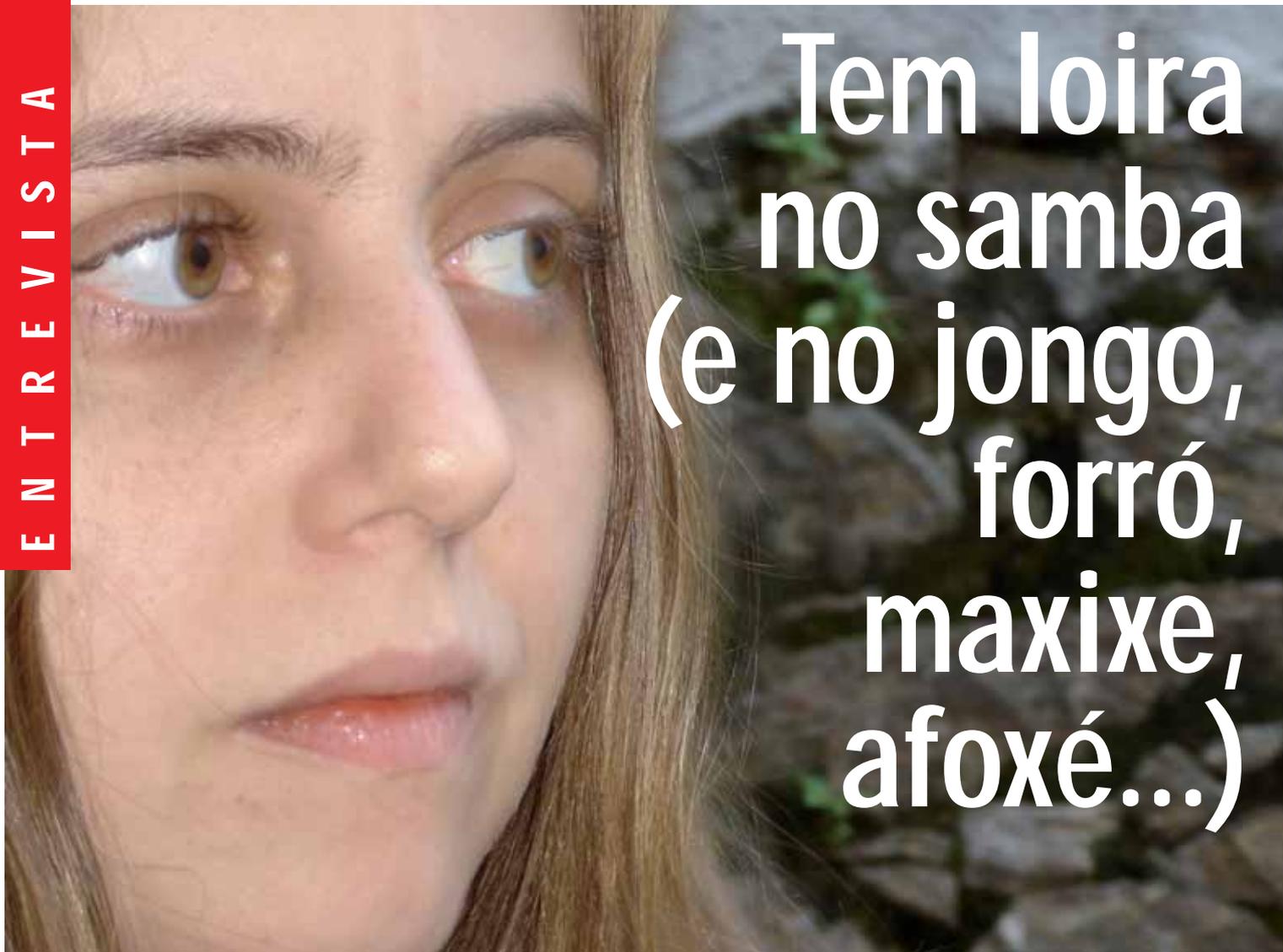
Os socialistas também foram importantes, pois entendiam que a organização de sindicatos e de greves deviam ser associadas às lutas pela participação eleitoral e parlamentar, para transformar o Estado numa perspectiva de atender aos interesses históricos e imediatos das massas trabalhadoras. Outra corrente importante no início do século foi a dos trabalhistas, que lutavam na defesa dos interesses dos operários, com objetivos de melhorar as condições de vida dos trabalhadores e de conquista e garantia dos direitos.

Os primeiros 30 anos foram de

intensas lutas e enfrentamentos. A República no Brasil foi construída desrespeitando e agredindo violentamente o povo trabalhador. As elites escravocratas, que tiveram de fechar as senzalas, transferiram a exploração para o chão da fábrica, continuaram com a mentalidade escravista, sem garantir direitos, considerando os trabalhadores simples objetos de produção e instrumentos de lucros.

No próximo artigo, o contexto econômico-político e a construção dos movimentos sociais no Brasil.

*Historiador, assessor de formação da CUT-RJ e professor do curso Marxismos do Sisejufe.



Tem loira no samba (e no jongo, forró, maxixe, afoxé...)

Texto e fotos
Henri Figueiredo*

O pai é Fluminense, ela Flamengo. A mãe é escritora, ela compõe. O irmão desenha, ela toca cavaquinho. A irmã é Portela, ela Mangueira. Ela é a cantora e compositora Roberta Nistra, 28 anos, autêntica representante da nova geração de sambistas surgida na Lapa nos últimos anos. Caçula da família, nascida e criada em Vila Isabel, Roberta tornou-se conhecida no mundo do samba ao frequentar rodas famosas como a de Clóvis Sete Cordas, seu padrinho musical, na Penha Circular; se apresentar por um ano com Moreira da Silva, quando tinha apenas 18 anos; e defender samba-enredo de Jamelão no ano em que o tema foi "Chico Buarque da Mangueira". Roberta é de 18 de outubro de 1979, traz na tez a ascendência

européia e na alma a brasilidade sincrética de uma filha de Ewá – orixá feminina da beleza e dos mistérios, de tudo o que é inexplorado.

A cantora é figura constante no Botequim do Sisejufe, integrando o o Batifundo (Clarice Magalhães, Pedro Holanda e Marcelo Mattos) ou com seus convidados. Na festa junina, por exemplo, Roberta apresentou ritmos regionais como forró, jongo e coco. Quem não viu, vai ter uma nova oportunidade em agosto: ela comanda a Noite da Gafieira no 7º Botequim (veja anúncio na contracapa). Idéias em Revista foi conversar com a artista em seu território: um bar em Santa Teresa. Já no início, o bate-papo foi interrompido por um fã: Dudu Guerra, técnico de som que já tinha a contratado para um show, parou para cumprimentá-la. "A Roberta faz um som har-

mônico, de qualidade e competente", derreteu-se. Um som referenciado em nomes como Clara Nunes, Paulinho da Viola e Zeca Pagodinho. As amplas influências da cantora e compositora vão de Beth Carvalho e Moacyr Luz a Délcio Carvalho e Arlindo Cruz. De Clóvis Sete Cordas a Monarco e Darcy da Mangueira. De Wilson das Neves a Luiz Carlos da Vila.

Preparando-se para gravar o primeiro CD, "que vai alavancar o trabalho", Roberta, que é mãe do pequeno Artur, de 1 ano e 2 meses, fala nesta entrevista do início da sua carreira, de suas principais referências musicais, critica a Ordem dos Músicos e a exploração que os artistas sofrem na Lapa, comenta sobre a nova cena do samba e analisa as belezas e as mazelas do Rio e do Brasil.

*Da Redação.



IDÉIAS EM REVISTA – Com 18 anos, você já estava no palco com um mestre como o Moreira da Silva. Esse foi o seu batismo de fogo?

ROBERTA – Foi o primeiro show importante que eu fiz. Eu frequentava uma roda de samba na Penha Circular e fiquei amiga do Clóvis Sete Cordas. Era na Rua Aurora com a Rua Indígena. Foi o Clóvis quem me chamou pra tocar numa temporada que o Moreira fez no teatro João Caetano. Depois disso ainda me apresentei cerca de um ano com o Moreira.

IDÉIAS EM REVISTA – Como foi o seu contato com a música na infância?

ROBERTA – Cresci ouvindo de tudo. Do brega à Clara Nunes. Ouvi muito rádio, mas principalmente os discos de vinil de meu pai e de minha mãe. Quando criança eu tive um pianinho, no qual tirava música de ouvido. Minha mãe via que eu gostava muito de música e temia que eu não estudasse. Eu aproveitava qualquer oportunidade para tocar. Meu primeiro violão veio parar na minha mão quebrado, eu consertei e fiquei lá enlouquecendo toda a casa até aprender. Eu tinha uns 13 anos e aprendi nas revistinhas com cifras e com os amigos que já tocavam.

IDÉIAS EM REVISTA – Hoje você vive de música?

ROBERTA – Vivo. Desde os 23 anos. Teve um momento que eu vi que não dava mais pra conciliar o trabalho assalariado com o trabalho na noite. Já fui frentista de posto de gasolina na rua Pereira de Siqueira, na Tijuca. Também já trabalhei em lanchonete e lojas de roupas, entre outras coisas mais. Teve uma hora que não deu pra conciliar.



“O Brasil abraçou sua identidade. Há um tempo tudo o que vinha de fora era melhor. Hoje percebo um orgulho pelo que é brasileiro. (...) O Brasil tem coisas que muita gente quer, a começar pela água, pelos recursos naturais, pelo espaço.”

IDÉIAS EM REVISTA – A sua chegada na Lapa coincidiu com o surgimento da nova geração de sambistas...

ROBERTA – Foi um pouco antes. Quando surgiu a cena, eu já morava na Lapa. O Bar Semente tinha samba, com a Teresa Cristina, tinha o Empório 100, na Rua do Lavradio, e o Arco da Velha. Eu não tocava em nenhum desses lugares. Aí comecei a fazer uma roda de samba no bar do seu Cláudio, que depois cresceu. As pessoas com as quais eu toco hoje, conheci na Lapa. A roda que fazíamos no boteco do seu Cláudio era informal, tocávamos porque queríamos, não tinha grana. Essa roda ficou conhecida e passaram nomes como Beth Carvalho, Monarco, a Velha Guarda da Portela inteira...

IDÉIAS EM REVISTA – Na sua opinião o samba tem ganho espaço entre a juventude, ou sempre despertou o mesmo interesse?

ROBERTA – O samba ganhou espaço.



De uns cinco anos pra cá eu sinto isso, e coincide com a renovação da Lapa. Antes ainda, aqui em Santa Teresa, teve a roda de samba do Sobrenatural que atraiu muita gente jovem, também por ser de graça. O Rio estava sem lugares para esse tipo de encontro, abertos. Havia muito forró e boate e o samba, com essas rodas abertas, democratizou a coisa. Sem falar que o samba é da identidade do Rio, faz parte da personalidade do carioca.

IDÉIAS EM REVISTA – Mas nem tudo são flores, não é? Quais são as dificuldades?

ROBERTA – A Ordem dos Músicos, por exemplo, não funciona. Não ajuda o músico em nada e só atrapalha. Tem também a incerteza em relação à aposentadoria. Nesse ponto, a arte tem uma nebulosidade, uma coisa que não garante nada para o profissional. Nas casas de samba a gente toca pelo *couvert* ou então por um cachê fixo. A Ordem dos Músicos não está



Cavaquinista como o mestre Paulinho, Roberta Nistra foi lançada aos 18 anos em shows com Moreira da Silva e deixa evidente a influência de Clara Nunes na sua música. Apesar do talento, já teve de ouvir: “o que essa branca acha que está fazendo? Samba?”

ali para fiscalizar essas coisas. Essa incerteza e o mercado volúvel (tem períodos em que se trabalha mais, outros menos) cria dificuldades. Muita gente acha que o músico não é um trabalhador, que o cara está ali apenas se divertindo. O mercado explora, não existem linhas de crédito, a maioria da categoria é autodidata, ou seja, não tem uma formação superior em música e, além disso tudo, ainda rola a maior fogueira das vaidades. E o ministro da Cultura é músico né? Ele bem que podia ter resolvido pelo menos a questão da Ordem.

IDÉIAS EM REVISTA – Você acha que há exploração nas casas da Lapa?

ROBERTA – Muita exploração. E as casas não param de abrir porque se ganha muito dinheiro e se ganha também em cima dos músicos. E a gente não tem como fazer nada porque são os lugares que há para a gente trabalhar. Nem todas as casas exploram, mas a maioria explora sim.

IDÉIAS EM REVISTA – Qual o teu sentimento hoje em relação ao Rio de Janeiro de 2007?

ROBERTA – Eu sou carioca convicta, gosto daqui, não tenho como morar fora do Brasil, do Rio e, especialmente, de Santa Teresa. As mazelas exis-

tem em todo lugar, em graus diferentes. Acho que é consequência de como a sociedade se organizou. Há uma luta histórica nossa contra o preconceito, em geral, com mulher, com negro, com religião – em função da intolerância religiosa. Acho que a guerra do tráfico já saiu do controle. E a gente sabe o quanto a polícia também está envolvida nisso. [O tráfico] Movimenta muito dinheiro e tem ramificações na política. Vamos ficar assistindo a tudo a não ser que todos se organizem pra pôr um fim nessa situação. É preciso ir pra rua, se manifestar e agir contra a ditadura que a mídia impõe, do consumo, de um padrão de beleza inalcançável que não condiz nem com a etnia predominante aqui do Rio. Todo mundo louro de olho azul...

IDÉIAS EM REVISTA – Aliás, você é loura e de olhos verdes... você já se sentiu mais incluída, ou excluída, por causa disso?

Roberta – (risos) Tem isso sim, além do que o palco é afrodisíaco. Tem quem goste do meu som e comente “e ainda é branquinha” (risos). Mas em alguns lugares do samba já se deu o preconceito também: “O que essa



Influências: Paulinho, Moreira e Clara Nunes

mulher, branca, acha que está fazendo aqui? Samba?”.

IDÉIAS EM REVISTA – E como você tem visto o Brasil?

ROBERTA – Eu acho que o Brasil abraçou a sua identidade. Há um tempo atrás tudo o que vinha de fora era melhor. Hoje eu percebo um orgulho maior pelo que é brasileiro. O Brasil tem coisas que muita gente quer, a começar pela água, pelos recursos naturais, pelo espaço. Hoje em dia as pessoas vivem desinteressadamente, pensando em si, sem se dar conta do valor deste país. Quando essa mentalidade mudar, naturalmente as coisas vão se consertar.

IDÉIAS EM REVISTA – O que você tem ouvido hoje?

ROBERTA – Mônica Salmaso, nos discos Trampolim e Iaiá. Tenho ouvido também o Acústico MTV do João Bosco – que é muito bom. De música estrangeira eu tenho até vergonha de falar porque eu gosto de brega... (risos) Na infância eu ouvia Carpenters e ouço até hoje. Me amarro. (risos)

Dez pontos cruciais para reescrever o presente

Leonardo Boff*

Durante a ECO-92 no Rio de Janeiro, 1,6 mil cientistas entre os quais havia 102 Prêmio Nobel de 70 países lançaram o documento *Apelo dos cientistas do mundo à humanidade*. Aí diziam: "Os seres humanos e o mundo natural seguem uma trajetória de colisão. As atividades humanas desprezam violentamente e, às vezes, de forma irreversível o meio ambiente e os recursos vitais. Urge mudanças fundamentais se quisermos evitar a colisão que o atual rumo nos conduz". Foi uma voz pronunciada no deserto. Mas agora, no contexto atual, quando os dados empíricos apontam as graves ameaças que pesam sobre o sistema da vida, elas ganham atualidade. Não convém menosprezar o valor daquele apelo.

Podemos alimentar duas atitudes face à crise ecológica: apontar os erros cometidos no passado que nos levaram à presente situação ou resgatar os valores, os sonhos e as experiências que deixamos para trás e que podem ser úteis para a invenção do novo. Prefiro esta segunda atitude. Por isso, importa fazer uma reescritura do momento presente, elencando mais que aprofundando dez pontos cruciais.

O primeiro é resgatar o princípio da re-ligação: todos os seres, especialmente, os vivos, são interdependentes e são expressão da vitalidade do Todo que é o sistema-Terra. Por isso todos temos um destino compartilhado e comum.

O segundo é reconhecer que a Terra é finita, um sistema fechado como uma nave espacial, com recursos escassos.

O terceiro é entender que a sustentabilidade global só será garantida mediante o respeito aos ciclos naturais, consumindo com racionalidade os recursos não renováveis e dar tempo à natureza para regenerar os renováveis.

O quarto é o valor da biodiversidade, pois é ela que garante a vida como um todo, pois propicia a cooperação de todos com todos em vista da sobrevivência comum.

O quinto é o valor das diferenças culturais, pois todas elas mostram a versatilidade da essência humana e nos enriquecem a todos, pois tudo no humano é complementar.

O sexto é exigir que a ciência se faça com consciência e seja submeti-

da a critérios éticos para que suas conquistas beneficiam mais à vida e à humanidade que ao mercado.

O sétimo é superar o pensamento único da ciência e valorizar os saberes cotidianos, das culturas originárias e do mundo agrário porque ajudam na busca de soluções globais.

O oitavo é valorizar as virtualidades contidas no pequeno e no que vem de baixo, pois nelas podem estar contidas soluções globais, bem explicadas pelo efeito borboleta.

O nono é dar centralidade à equidade e ao bem comum, pois as conquistas humanas devem beneficiar a todos e não como atualmente, a apenas 18% da humanidade.

O décimo, o mais importante, é resgatar os direitos do coração, os afetos e a razão cordial que foram relegados pelo modelo racionalista e é onde reside o nicho dos valores.

Estes pontos representam visões humanas que não podem ser desperdiçadas, pois incorporam valores que poderão alimentar novos sonhos, nutrir nosso imaginário e principalmente fomentar práticas alternativas. Somos seres que esquecem e recordam e que sempre podem resgatar o que não pôde ter oportunidade no passado e dar-lhe agora chance de realização. Por aí, quem sabe, encontraremos uma saída para a crucificante crise atual.



Townofbeleit.org/earth.tif

*Escritor e teólogo.
Artigo originalmente publicado pela Agência Carta Maior.

Trezentas pessoas ocupam prédio

Texto e fotos
Max Leone*

Cerca de 65 famílias, com pelo menos 33 crianças, ocupam desde o dia 30 de junho o prédio 48 da Rua do Riachuelo, no Centro do Rio. O imóvel é de propriedade do Instituto

Nacional do Seguro Social (INSS) e estava abandonado e se deteriorando há anos, sem luz nem água. O edifício, de 13 andares, que fica no coração da Lapa entre a Rua do Lavradio e a Avenida Gomes Freire, já foi invadido outras vezes, em 1998 e 2003. A ex-diarista Regina Áurea, de 47 anos, e o ex-balconista Luís Carlos Santos, de 31 anos, são dois dos integrantes do contingente de 300 pessoas da Ocupação Carlos Marighella, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) no Rio.

Regina levava uma vida normal com o filho de 11 anos e a neta de apenas quatro. Trabalhou como auxiliar de



Coordenação: Josefa de Oliveira, Pedro Costa, Katia Ribeiro e Josué de Araújo

cozinha por 15 anos, na Gávea, e por um período, com carteira assinada, como arrumadeira em um apart-hotel. Pagava religiosamente seu aluguel em Nova Iguaçu até que o desemprego, que já dura 13 anos, desestabilizou sua vida ao ponto de ter de morar debaixo das marquises da Avenida Presidente

Vargas, com as crianças. "Pelo menos agora estamos protegidos da chuva e do frio. E os meninos têm o que comer", relata Regina, coordenadora da cozinha e responsável por fazer as mais de 70 refeições diárias.

Já com Luís Carlos, tudo mudou

Inspirador da ocupação foi morto pela ditadura



Marighella: ex-deputado e guerrilheiro

Carlos Marighella foi um dos maiores símbolos da luta política contra a ditadura iniciada no país

com o golpe militar de 1964. De militante a um dos líderes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundou a organização clandestina Aliança Libertadora Nacional (ALN) e instaurou a guerrilha urbana, no período mais violento da história contemporânea do Brasil, os chamados "anos de chumbo" (1964 a 1979). Considerado o "inimigo número 1 da ditadura", foi perseguido, preso várias vezes e torturado barbaramente. Filho de imigrante italiano e de uma negra baiana, ligou-se cedo à vida política no PCB. Foi eleito deputado federal pela Bahia, em 1946, mas perdeu o mandato em 1948 com a cassação do registro do PCB. Após

o golpe de 1964, Marighella recebeu voz de prisão dentro de um cinema no Rio: reagiu, foi baleado, espancado e preso. Liberado em 1965, por decisão judicial, escreveu *Por que Resisti à Prisão*, expondo com detalhes sua prisão, sua visão sobre a situação brasileira e, de encontro ao pensamento do partido, defendendo avidamente a luta armada. Escreveu, pouco antes de morrer, o *Pequeno Manual do Guerreiro Urbano – uma explicação sobre guerrilhas*. Em 4 de novembro de 1969 foi assassinado a tiros numa emboscada policial, no cruzamento das Alamedas Lorena e Casabranca, em São Paulo.

Prédio abandonado do INSS na Lapa

para pior em menos de três meses. Morador de um antigo casarão que pegou fogo na Rua Alexandre Mackenzie, no Centro, em abril, ele perdeu tudo o que tinha. E para completar, há um mês ficou desempregado. "Fiquei um mês na casa de um conhecido e depois sem ter para onde ir", conta o ex-balconista.

A luta é por inclusão social

Regina e Luís Carlos foram parar na Ocupação Carlos Marighella pelo comprometimento com o MTST, por meio do setor de Frente de Massas (FM), que prevê não só lutar por uma moradia para os participantes mas também propiciar formação política, inclusão social e educação com a realização de cursos e oficinas realizados pelas várias entidades que apóiam o movimento. Sindicatos parceiros, ONGs, associações de moradores dão suporte fazendo doações de alimentos, roupas e remédios.

"Não temos uma política de ocupar por ocupar. Nosso projeto vem por etapas. Primeiro escolhendo um lugar para ocupar. Depois implantando ações pedagógicas e de formação profissional", explicam Pedro Costa e Josué de Araújo, ambos do coletivo de coordenação da Ocupação Carlos Marighella, ressaltando que a luta do MTST é por "reforma urbana, habitação e socialismo democrático".

A Ocupação Carlos Marighella prima pela organização. Quem participa tem tarefas a cumprir. Num primeiro momento os ocupantes preenchem uma ficha de identificação com todos os dados. De acordo com os coordenadores do movimento, isso servirá para uma possível oficialização de posse dos imóveis. Os participantes são divididos em núcleos de trabalho: portaria, infra-estrutura, alimentação, ciranda infantil, segurança e saúde.

Todos fazem revezamento nos grupos. O café da manhã, o almoço e a janta acontecem com hora marcada. Primeiro comem as crianças e depois é a vez dos adultos. Tudo na maior organização.

O MTST quer ver implantado um programa habitacional que não exclua os trabalhadores que não conseguem comprovar renda, pois muitos são camelôs, autônomos e diaristas. Os coordenadores lembram que logo no primeiro dia de ocupação tiveram problemas com a Polícia Militar. Atualmente a situação parece calma, mas nem por isso o clima deixa de ser menos tenso. Há o medo de uma reação truculenta dos policiais. Pedro conta que como o imóvel é de uma órgão federal eles receberam a "visita" de um policial federal para fazer levantamento de quantas pessoas estavam no prédio da Rua do Riachuelo. A batalha pela posse do imóvel segue na Justiça.

"Entramos com ação de posse na Justiça, tendo em vista que o imóvel estava destinado para moradia popular. Mas até agora o INSS não se pronunciou a respeito", explica a também coordenadora Kátia da Silva Ribeiro. O fato é que a Ocupação Carlos Marighella para Regina e Luís Carlos tem sido a porta aberta para uma nova perspectiva. "Se não fosse o movimento, eu estaria na rua", admite Luís Carlos.

Outra tentativa de ocupação ocorreu em um prédio do Ministério dos Transportes, nos números 4 e 6 da Rua Primeiro de Março, no Centro. Mas o movimento durou pouco e os ocupantes, ligados aos camelôs, acabaram expulsos de lá. Para evitar que o imóvel fosse ocupado novamente as portas foram soldadas e as fechaduras reforçadas com correntes e cadeados.



Protegidas: Regina e a neta na cozinha



Opção: fora do MTST, Luís estaria na rua



Rua Primeiro de Março: prédio trancado

*Da Redação.

Cansei

Estou empolgado com o movimento “Cansei”, “que pretende expor a indignação dos brasileiros em relação à crise aérea, a violência e outros problemas do País”. Nasce da aliança entre o presidente da OAB de São Paulo, Luis Flavio Borges D’Urso, e do “organizador de eventos” João Dória Jr., aquele rapazola de cabelo engomado que consegue obrigar a fina flor do empresariado a vestir os trajes de Indiana Jones para participar de tertúlias promovidas em lugares aprazíveis. Representantes da Fiesp e da Associação Comercial de São Paulo compareceram ao lançamento do movimento (...) na sede da OAB paulista. Ah, a indignação dos nossos graúdos... Não se



indignaram com a criação de um Estado que pretendia ser liberal sem sê-lo e da construção de uma democracia sem povo. Não se indignam com o fato de que apenas 5% da população brasileira ganhe de oitocentos reais para cima. Impassíveis, transitam diante das fave-

las na cidade que ostenta a maior frota de helicópteros do mundo. Ou, por outra, não se indignam com seu próprio comportamento, anos, décadas, séculos afora. (Mino Carta, jornalista criador de Veja, IstoÉ e atual diretor de Carta Capital, em 26 de julho).

Mistérios

Há mais mistérios no nosso Brasil do que possa explicar a vã filosofia da fina-flor do jornalismo nativo. Os reacionários do Brasil, em larga parte concentrados em São Paulo, e representados à perfeição pela dita grande imprensa, e pela mídia em geral, malham Lula de sol a sol. Aí vêm os resultados das pesquisas, a mais recente a da Folha de S.Paulo: o presidente da República continua a ter o mesmo apoio de sempre, mesmo depois do acidente de Congonhas, explorado de todos os ângulos e com todos os temperos, no estilo Montanha dos Sete

Abutres. Talvez seja esta a verdadeira tragédia vivida pelos nossos perdigueiros da informação. Quem ainda não assistiu a Montanha dos Sete Abutres quem sabe devesse sair à procura, em vídeo teria de existir. É um filme antigo, com Kirk Douglas, dirigido por Billy Wilder, um grande do cinema. Tem mais de 50 anos, quase 60, mas é excelente metáfora do jornalismo sem escrúpulos. A nossa mídia pertence ao gênero, mas é cada vez menor. (Do mesmo Mino Carta, em 6 de agosto, no Blog do Mino).

Assim vivemos no Rio e em Brasília

O Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufer recomenda o Assim Vivemos – 3º Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência, que chega à sua terceira edição. Os 34 filmes selecionados formam um impressionante mosaico em que a tônica são os diferentes exemplos de vida independente e de inserção social bem-sucedida. São demonstrações de como as questões relativas às pessoas com deficiência são tratadas nas diversas so-

ciudades: com suas diferentes culturas, costumes e legislações. São, sobretudo, demonstrações de como sempre é possível e necessário quebrar barreiras, preconceitos e paradigmas. A novidade desta edição será a presença, no festival, de realizadores e personagens de alguns dos filmes exibidos. O festival Assim Vivemos terá audiodescrição transmitida para fones, feita ao vivo por dois atores em todas as sessões, na sala de cinema,

para pessoas com deficiência visual; legendas descritivas inclusive nos filmes brasileiros, para pessoas com deficiência auditiva; acessos adaptados para cadeirantes; intérpretes de LIBRAS nos quatro debates; e catálogos em braille. O festival acontece de 7 a 19 de agosto de 2007 no Rio de Janeiro e de 18 a 30 de setembro de 2007 em Brasília, no Centro Cultural Banco do Brasil. A entrada é franca. (Da Redação)

Senhores de engenho do século XXI

O trabalho escravo ainda não é uma página virada na história do Brasil. Em julho, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou o cadastro atualizado de empregadores que utilizam mão-de-obra em situação semelhante à de escravos. Conhecida como "lista suja", o cadastro aponta que em 16 estados do país, 192 empregadores se apropriam do trabalho alheio como verdadeiros senhores de engenho do século XXI. O trabalho escravo está concentrado nas regiões de fronteira agrícola no Cerrado e na Amazônia, sendo utilizado para derrubar florestas que dão lugar a empreendimentos agropecuários. Mas existe também em São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande

do Sul, de Minas Gerais, estados pretensamente mais evoluídos do ponto de vista trabalhista e social. Nesta nova atualização da lista, foram incluídas duas empresas de móveis exportadoras, três siderúrgicas, uma empresa de cimento e também o ex-governador de Goiás, Agenor Rodrigues Rezende, proprietário da fazenda São Marcos. Todos os trabalhadores em situação de



escavidão apresentados na "lista suja" foram libertados. Os grupos móveis de fiscalização do governo federal já resgataram quase 26 mil trabalhadores desde 1995. (Fonte: Radiogência NP, VM)

Missa e passeata marcam 14 anos da Chacina da Candelária



A população do Rio não deixou passar em branco o dia que completou os 14 anos da Chacina da Candelária. Em 23 de julho, missa e passeata lembraram a todo o país o horror que foi aquela madrugada em 1993. Centenas de pessoas assistiram à missa na Igreja da Candelária em memória das vítimas da chacina. Em seguida, empunhando faixas e cartazes de protestos, um grupo seguiu em passeata pela Avenida Rio Branco até a Cinelândia. O ato também serviu de protesto contra a medida que tramita no Congresso Nacional em favor da redução da maioria penal. Diversas entidades ligadas aos direitos humanos prepararam um mandado de segurança para tentar barrar a tramitação do projeto.

Em julho de 1993, oito adolescentes foram mortos enquanto dormiam sob uma marquise próxima à Candelária. Um dos sobreviventes daquela chacina foi Sandro do Nascimento, que no ano 2000 seqüestrou o ônibus 174. Neste episódio, a ação desastrada da polícia resultou na morte de Sandro e da professora Geísa Firmo Gonçalves, que era feita refém. (Texto e foto de Max Leone, da Redação)

Povos nativos revelam

Mario Augusto Jakobskind*

Jorge Carrillo Guadalupe - <http://ecuador.indymedia.org/images/2004/07/6102.jpg>

Um fato importante na América Latina, praticamente ignorado pela mídia conservadora, foi a realização, de 26 a 30 de março, da III Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas da Abya Yala, a denominação na língua maia da América Latina, realizada na Guatemala. No local sagrado dos maias, as representações indígenas reafirmaram uma série de bandeiras de luta no sentido de tornar a Abya Yala, ou seja, a América Latina “uma terra cheia de vida”.

Na declaração final da III Cúpula, os indígenas assinalam que “vivemos séculos de colonização, e hoje a imposição de políticas neoliberais, chamada de globalização, que continuam levando ao saque de nossos territórios, apoderando-se de todos os espaços e meios de vida dos povos indígenas, causando a degradação da Mãe Natureza, a pobreza e migração pela sistemática intervenção na soberania dos povos por empresas transnacionais na cumplicidade com os governos”.

Na III Cúpula Continental dos povos indígenas foi constituída a Coordenadoria Continental das Nacionalidades e Povos Indígenas da Abya Yala (América Latina) que terá inúmeros desafios pela frente, entre os quais, “o de responsabilizar os governos pelo permanente despojo dos territórios e a extinção dos povos indígenas do continente, a partir de práticas impunes de genocídio das transnacionais, bem como pela pouca vontade das Nações Unidas em viabilizar a Declaração dos Povos Indí-



Xamã: cerimônia do fogo durante a cúpula da Abya Yala. Abaixo, símbolos do encontro indígena



genas e por não garantir o respeito pleno da Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Entre as ações recomendadas pela III Cúpula vale assinalar o da luta pela democratização da comunicação e a implementação de políticas públicas que contemplem disposições específicas para os povos indígenas e o impulso da interculturalidade. Ou seja,

os povos indígenas da Abya Yala estão efetivamente integrados na luta de libertação dos povos da América Latina, algo irreversível, quer queiram ou não o conservadorismo e a estratégia do Departamento de Estado norte-americano, que ainda imagina ser o continente um mero quintal ou pátio traseiro de Washington.

*Jornalista.

m uma América vívida



Os indígenas da Abya Yala estão integrados na luta de libertação da América Latina, algo irreversível, queiram ou não o conservadorismo e o Departamento de Estado norte-americano, que ainda imaginam ser o continente um mero quintal ou pátio traseiro de Washington.

Racismo e truculência policial nos EUA

Já que o tema é manipulação ou silêncio da mídia conservadora, vale informar um fato que dá bem o panorama da realidade atual no país de George W. Bush. Uma família da Califórnia apresentou uma demanda civil contra funcionários estadunidenses por terem eles detido uma criança de 7 anos durante mais de dez horas. A história é a seguinte: Kebin Reyes estava dormindo quando funcionários da imigração entraram em sua casa a força. Era uma operação truculenta contra imigrantes. O menino e o pai foram levados a um centro de detenção em São Francisco. Os dois ficaram num quarto e receberam de comida um pão com maionese e água. De nada adiantou o fato de o pai ter mostrado o passaporte estadunidense do filho. Prevaleceu a truculência, tipo de ação muito comum nos EUA de uns tempos

para cá. Kebin guarda seqüelas psicológicas até hoje, menos de dois meses depois da detenção ilegal e arbitrária.

Querem mais exemplos de truculência do esquema Bush contra imigrantes e negros? Em Atlanta, dois policiais se declararam culpados por terem matado a tiros uma senhora, afro-estadunidense, de 92 anos. A vítima, Kathryn Johnston, segundo se alegou, teria disparado contra os policiais, tão logo estes entraram a força em sua casa. Um dos policiais admitiu que com base na mentira foi obtida a ordem de fazer a operação que resultou na morte da anciã. Os policiais devem ser condenados e o caso está sendo encarado apenas como um fato isolado e exorbitância de poder dos referidos tiras. Pergunta-se: se Kathryn Johnston em vez de negra fosse branca anglo-saxã teria sido vítima de tamanha violência? (MAJ)



EUA: protesto contra a separação de Kebin Reyes de seu pai, um imigrante latino

Fantásias

Eduardo Neves
Americano do Brasil*

- Pai, é possível fabricar um herói?
- Claro que sim.
- Como é que se faz?

Basta usar a imaginação, que naturalmente os heróis nascem. Arrume-se, pois sua mãe já está pronta.

Chegaram ao clube e tudo estava muito colorido e bonito. Pessoas felizes dançavam e elogiavam bastante nosso herói.

De repente apareceu no meio da multidão um bandido perseguindo uma jovem e bela garota. Num instante nosso aventureiro já estava com a donzela em seus braços a protegendo do bandoleiro que, ao vê-lo, só teve a opção de fugir para o meio do salão. Um homem de terno branco e bengala veio ao seu encontro e, após cumprimentá-lo pela sua coragem, agradeceu-lhe por ter salvo sua filha.

– Meu nobre cavaleiro, sou Dom Antônio, fidalgo espanhol, o nomeio meu comandante-geral e lhe concedo esta medalha de bravura. Peço-lhe que faça companhia para minha filha.

Saíram juntos a bailar felizes. Ela gostou muito de sua roupa de vaqueiro. Ele sentiu-se logo apaixonado por sua bailarina.

A multidão estava barulhenta, pois o touro havia se soltado e ameaçava a todos. Ele colocou sua amada em segurança, próxima ao palhaço, e partiu para arena desafiando o animal. Com o seu chapéu como se fosse uma capa vermelha, partiu para o duelo. O



touro teve muita sorte pois neste exato momento seu pai o chamou para comer pipocas e beber guaraná com sua mãe, a bailarina e o pai dela, Dom Antônio.

Era muita luz, pessoas de todos os tipos, piratas feiosos, soldados romanos, marinheiros, índios e muita garota bonita. Viu uma mulata, próximo da orquestra, e ela requebrava tanto que parecia que ia quebrar as cadeiras. Lembrou-se de sua amada, que poderia ser aprisionada pelos guerreiros africanos. O tambor da floresta deu-lhe o sinal de alerta. Largou seu refrigerante, pegou sua princesa e saiu a pular e a protegê-la dos perigos da floresta negra.

A felicidade irradiava-se por todos

os lados juntamente com os perigos que ele afastava de sua rainha. Era muito bom ser herói e ter uma jovem e bela garota para proteger. Olhou para sua amiga e disse-lhe: “Eu a amarei para sempre. Farei de você a soberana de meu reino. Como prova de meu sentimento, dou-lhe esta figurinha carimbada do Ronaldinho”.

– Puxa! Estou emocionada. Aceito ser sua namorada. Quero uma foto sua para colocar no meu diário.

Saíram de mãos dadas muito felizes.

– Filho, a matinê está acabando. Amanhã tem mais. Despeça-se de sua amiguinha.

Trocaram juras eternas e combinaram namorar para sempre, até o fim do carnaval.

*Analista Judiciário.

Engenhão, engenheiro ou engenhoca?

Glória Horta*

A figura de um Palácio envolve a construção de uma fortaleza num lugar mais elevado, com a cidade em volta. Esta é a figura da pólis grega. Este centro murado, centralizado. A arquitetura veiculada ao poder.

Da formação das cidades gregas damos um salto no tempo e cá estamos, na fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565, no Morro Cara de Cão. Dois anos depois já era pequeno para abrigar tanta gente. A cidade se mudou para o Morro do Castelo. Sua inclinação favorecia o escoamento dos detritos. Jogava-se lixo na rua e a chuva levava encosta abaixo.

Nem bem chegamos ao terceiro parágrafo e já estamos no início do século XX. O Engenheiro Pereira Passos recebe a missão de modernizar, sanear e embelezar a cidade do Rio de Janeiro. O ano é 1905 e são péssimas as condições sanitárias da cidade: doenças, pestes e epidemias. O marco principal desta intervenção urbana é a abertura da Avenida Central. Para manter o traçado da grande avenida reto, 641 imóveis são varridos do mapa, desabrigando cerca de 3800 pessoas, e são demolidas partes dos morros do Castelo e São Bento.

Um século depois, a Avenida Central responde pelo nome de Avenida Rio Branco, quase todas as suas construções vão abaixo para dar lugar a espigões.

Eis que estamos frente a frente com o Engenhão, uma fortaleza de concreto construída para os jogos Pan-Americanos de 2007, abrigando graças e sem-graças. Alegria de políticos, empreiteiras, construtoras. E espanto dos



Genilson Araujo/Agência O Globo

Engenhão: alegria de empreiteiras ou promessa de dias mais felizes para todos

excluídos, dos que ficam sempre à margem, moradores assustados ou deslumbrados com este “Castelo de Sonhos”. A epidemia de hoje chama-se violência. E daqui a alguns anos, será o Engenhão um legado ou um gigante abandonado? O tempo dirá.

O tempo disse que abrimos estradas, avenidas, todas largas, para os estrangeiros. São varridos sem dó os que se encontram no caminho. O tempo disse que nós nos achamos sempre muito modernos. Temos a petulância da primazia dos vivos de nos auto-intitularmos “contemporâneos”, ignorando os mortos e os que nos sucederão, roubando-nos o título.

O tempo disse que destruimos o que construímos com a mesma facilidade com que o abandonamos e que modernizar não tem sido florescer

O tempo disse que destruimos o que construímos com a mesma facilidade com que o abandonamos e que modernizar não tem sido florescer. Nichos modernos são como próteses destoadas do que as circunda.

Que a cidade do Rio de Janeiro aproveite os restos desta festa: o Estádio Olímpico João Havelange, os Complexos Esportivos de Deodoro e a Cidade dos Esportes, no Autódromo, e a reforma do Complexo Esportivo do Maracanã e do Estádio de Remo da Lagoa. São benefícios que ficarão à nossa disposição depois dos Jogos Panamericanos, que tivemos a honra de sediar. Vamos torcer.

*Coordenadora do Setor Educativo do Centro Cultural Justiça Federal, antiga sede do Supremo Tribunal Federal, prédio histórico inaugurado em 1905, na reforma do Prefeito Pereira Passos.



SEGURO

Até **30%** de desconto
no convênio com o SISEJUFE

Trabalhamos com diversas
seguradoras.

Rua: Anfilóbio de Carvalho, 29 / 7º andar - Centro - RJ
Tel.: 3974-3131 Fax.: 2524-4961
e-mail: assure@assure.com.br
www.assure.com.br

AUTO

0800 21 2468

Passa cópia de sua apólice
via e-mail ou fax, com seu nº de
telefone e ganhe um
lindo presente da Assuré.

SISEJUFE
FUNDADA EM 1964 - FUNDADA EM 1964


ASSURÉ
Corretagem de Seguros
40 anos

COMPRE QUALQUER MEDICAMENTO

SUA SAÚDE VALE MUITO, MAS NÃO PRECISA CUSTAR CARO



ADCUM-RJ

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS CONSUMIDORES
E USUÁRIOS DE MEDICAMENTOS - RJ

Agora os sindicalizados do Sisejufe já podem comprar medicamentos a preço de tabela. Sempre pensando em novas alternativas que visem minimizar os gastos de seus filiados, o sindicato firmou parceria com a ADCUM-RJ, que oferece desconto de 20% na taxa de adesão à associação, mediante apresentação da carteira sindical.

A ADCUM-RJ não trabalha com descontos eventuais e todos os preços estão publicados na página <http://adcum.com.br>. Os preços da ADCUM-RJ constam na tabela mínima da ABCFARMA, órgão regulamentador.

COMO FUNCIONA

Para a compra de medicamentos a preço mínimo de tabela, é necessário que os sindicalizados façam o cadastramento na ADCUM-RJ. A taxa de adesão para os filiados do Sisejufe é de R\$ 35* e tem validade de um ano. Com a adesão, os servidores do Judiciário Federal podem comprar medicamentos genéricos, similares e correlatos (perfumaria, fraldas, cotonetes, etc.). Os pedidos devem ser feitos de segunda a sexta-feira, das 9 às 17h, e a retirada ou entrega será realizada no dia seguinte.** Medicamentos controlados só serão vendidos com a apresentação da receita médica sem rasuras e dentro do prazo de validade.

* Valor sujeito a alteração sem aviso prévio. ** Para alguns medicamentos o prazo máximo de retirada é de três dias.

A PREÇO DE
TABELA

VANTAGENS PARA OS
SINDICALIZADOS

- REMÉDIOS A PREÇO DE TABELA
- RETIRADA EM 24 HORAS
- FARMACÊUTICO DE PLANTÃO
- TAXA DE APENAS R\$ 35,00* (ANUAL)
- VENDA DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS

Ed. TOWER 2000, Rua Visconde de Sepetiba, 935 - Loja 145 - Centro - Niterói (ao lado da prefeitura nova)

<http://adcum.com.br> - adcumrj@adcum.com.br

(21) 2620-8165 / 3023-0555

O 7º Botequim do Sisejufe
apresenta

Noite da Gafieira

traje esporte fino

Sexta-feira, **24** de
agosto, a partir das 19h,

Show de
Roberta Nistra
e Grupo

Local: Clube do Empresário
Rua da Candelária 9, 14º andar – Centro – Rio de Janeiro
Informações: 2215-2443 (ramal 202) com Silvana

